

Você está cancelado! A cultura do cancelamento e seus reflexos na opinião pública contemporânea¹

Hellen ALMEIDA²

Camila FARIAS³

Universidade Salvador, Salvador, BA

RESUMO

A pesquisa pauta-se no caso da atriz Alessandra Negrini travestida de indígena no Carnaval de 2020, a qual foi cancelada nas Redes Sociais Digitais. Tal comportamento é pautado na condenação de organizações, figuras públicas e usuários por não condizerem com os aspectos éticos que permeiam a sociedade. Um dos pressupostos deste trabalho baseia-se no cenário político muito polarizado nos últimos anos, o que provoca uma crise de representatividade. Por conseguinte, discussões sobre assuntos de interesse público, e “polêmicos”, tornaram-se um lugar de defesa de ideias a partir da emoção e não na racionalidade. Por isso, o que se busca nesse estudo é um maior entendimento sobre a Cultura do Cancelamento, a partir do cenário brasileiro, e como essa afeta a Opinião Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura do Cancelamento; Opinião Pública; Defesa de ideias.

INTRODUÇÃO

Há tempos é perceptível na sociedade a necessidade de condenar ou julgar alguém pelos seus erros. No entanto, esses fenômenos sociais começaram a ter um destaque maior nas Redes Sociais Digitais (RSD) e foi nesse momento em que termos como Linchamento Virtual (LV) e Cultura do Cancelamento (CC) foram definidos. Para esse trabalho, estudar-se-á a Cultura do Cancelamento e seus impactos na Opinião Pública (OP) na contemporaneidade; com a finalidade de aprofundamento do conteúdo, fora escolhido o caso de cancelamento da atriz e ativista Alessandra Negrini no Carnaval de 2020. Essa foi alvo de críticas e julgamentos nas RSD por estar travestida de indígena no bloco Acadêmicos do Baixo Augusta em São Paulo, e os usuários dessas redes a acusaram-na de apropriação cultural. Com a finalidade de melhor entendimento dos fatos, estudou-se os últimos anos da política brasileira (2010-2020), assim

¹ Trabalho apresentado no IJ05 – Multimídia, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Relações Públicas da Universidade Salvador-UNIFACS, e-mail: hellenhurbath@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Relações Públicas da Universidade Salvador-UNIFACS, e-mail: camila.farias@unifacs.br

como a formação da Opinião Pública e as mudanças ocorridas devido ao surgimento das RSD e o capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2018). Também fora estudado sobre a Cultura do Cancelamento e seu impacto para a Opinião Pública na contemporaneidade, além do estudo de caso em si com uma breve conceituação sobre apropriação cultural a fim de entender melhor o acontecimento.

Uma das pressuposições desse trabalho é que o cenário político muito polarizado no Brasil auxiliaram na implementação da CC, e, também, que as discussões de assuntos de interesse públicos e “polêmicos” tornaram-se um lugar de defesa de ideias e digladição de opiniões, contrapondo o lado racional da OP. Em decorrência da sensação de falta de representatividade, os grupos tidos como minoritários lutaram para que as suas pautas fossem reconhecidas como relevantes; porém, não obtiveram tanto poder de voz por muito tempo. A partir do advento da internet, houve maior espaço para que estas comunidades marginalizadas pelo corpo social pudessem ter espaço na política. Logo, era possível ter suas pautas sendo discutidas na sociedade e alguns direitos acatados. Entretanto, por ainda existir a necessidade da constante luta por espaço e representatividade, os grupos marginalizados criaram a necessidade de proteger suas conquistas. Por isso, quando uma classe, tida como raça dominante⁴, utiliza-se de artefatos que são características de uma etnia subjugada outrora, ocorre o que se denomina apropriação cultural.

Ao juntar com o fenômeno social do cancelamento, ocorre essa necessidade constante de defender a cultura que está sendo apropriada e julgar os que estão se apropriando dessa. Por isso, o questionamento levantado nesse trabalho é: O que leva uma organização ou figura pública a ser cancelada nas redes sociais a partir de um acontecimento que atinge negativamente um determinado grupo social? Com isso, refletir sobre opinião pública, contemporaneidade e cultura digital.

POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL (2010-2020)

Todas as grandes áreas de conhecimento e ciência possuem suas complexidades, os opostos complementam-se. Há uma ideia de atração e repulsão, mas os polos coexistem em certa harmonia. Noberto Bobbio (1995) afirma que a ideologia política de Direita (Estado mínimo com incentivos individualistas) e Esquerda (Estado mais operante com incentivos que

⁴ Segundo os estudos sociológicos, essa conceituação de “raça” não necessariamente existe, dado que se refere mais a uma construção social do que de fato algo verídico dentro da ciência. Portanto, a utilização desse termo está baseada na questão de diferenciação entre uma etnia e outra, sendo uma tida como dominante e outra subjugada.

buscam o bem social) são “antiéticas”, pois são divergentes e opõem-se concomitantemente. Esse, ainda, afirma que entre esses dois extremos existe um “Terceiro Incluído”, o Centro político; “[...] a individuação deste espaço intermediário torna possível uma compreensão mais articulada do sistema” (1995, p. 36). Logo, compreende-se os termos centro-esquerda, centro-direita e o centro-centro. A sociedade brasileira vive um cenário político muito polarizado nos últimos anos, coexistindo com as crises política e econômica. Por isso, é importante contextualizar os últimos dez anos da política no Brasil e seus desdobramentos, a fim de perceber como o extremismo desses opostos políticos acentuou-se nos últimos mandatos e suas implicações para a sociedade.

O Governo Dilma iniciou-se como uma continuidade do Governo Lula – além de ter sido sua sucessora, a linha ideológica era a mesma. A situação econômica do país era estável devido às políticas de aumento de crédito para a população, principalmente para as camadas de menor poder aquisitivo durante a crise capitalista de 2008, apesar do impacto negativo no cenário mundial. Por essa razão, havia uma certa estabilidade. Rousseff adotou algumas medidas que possibilitaram o consumo de bens à população e o aumento econômico - a partir de subsídios de programas sociais e diminuição das taxas de juros. Essas ações aumentaram a dívida pública, e a política da redução da taxa de juros não foi bem quista em alguns setores do mercado, porque esses precisavam dessas altas taxas para conseguir rentabilidade em suas empresas. As organizações não investiram no crescimento econômico do Brasil, como era esperado pelo governo, e sim reouveram os lucros perdidos devido à crise de 2008. Com isso, a situação do país agravou-se. Em 2013, houve manifestações - iniciadas a partir das RSD - cujo primeiro objetivo era protestar contra o aumento da passagem de ônibus, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Diversos grupos lutaram em favor de suas causas, muitas delas com pautas voltadas para as minorias sociais⁵; por outro lado, a população de classe média à alta viu-se no direito de expor suas revoltas contra o governo e ocuparam as ruas. Uma onda de protestos acentuou-se no país com uma parcela da população reivindicando seus direitos e a outra, inconformada com o governo, afirmando o sentimento de antipetismo⁶.

As motivações principais dos protestos foram o governo, sistema político, salário, condições de trabalho e de vida nas cidades. Em 2014, os manifestantes posicionaram-se contra a realização da Copa do Mundo no Brasil e pediam investimentos em políticas públicas. Ademais, uma série de denúncias de corrupção dentro dos ministérios abalou a imagem do

⁵ Utilizou-se este termo para referenciar todas as parcelas da população que possuem alguma pauta a ser reivindicada e, por algum motivo, não possui seus direitos garantidos na sociedade brasileira.

⁶ Termo utilizado como referência ao Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como a figura central o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, utilizando-se com uma conotação de contrariedade e repúdio ao que o partido representa.

governo; a exemplo da Operação Lava Jato – que teve seu início no mesmo ano, cuja maior repercussão foi o escândalo envolvendo a Petrobrás e o governo brasileiro. Ainda em 2014, presidenta foi reeleita, apesar dos protestos, e manteve seu mandato para 2015, cujo cenário de crises política e econômica já não era mais favorável, o que comprometeu o seu governo, levando ao *Impeachment* em 2016. No mesmo ano, o ex-vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo como governante do Brasil.

O Governo Temer foi marcado por diversas mudanças: a reforma trabalhista, do ensino médio; corte de gastos públicos, principalmente na saúde e educação; redução da verba para programas sociais (Programa Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, ProUni); e criação da PEC 241/55. O que gerou uma precariedade nos serviços públicos prestados à população. Além disso, o aumento do desemprego e dos custos de vida afetaram o país, agravando ainda mais a crise econômica e política. As investigações de esquemas de corrupção prosseguiram durante o governo e a sensação de instabilidade política tornava-se mais perceptível. Isso gerou revolta na sociedade brasileira e a impopularidade do presidente aumentava - esse tornou-se alvo de investigações por conta de esquemas de corrupção envolvendo empresas, como a JBS, na Operação Lava-Jato. Ainda em seu mandato, ocorreu a Greve dos Caminhoneiros - cujo protesto motivou-se pelo aumento do valor do Diesel, cargas tributárias e desvalorização da classe; essa durou 11 dias, impactando a logística de diversos produtos os 26 estados mais o Distrito Federal.

No segundo semestre de 2018, as eleições para presidente foram marcadas pela grande disputa política extremamente polarizada. Havia treze candidatos, mas apenas dois se destacaram: Fernando Haddad, concorrendo pelo Partido dos Trabalhadores (PT); e Jair Bolsonaro, concorrendo pelo Partido Social Liberal (PSL). O segundo candidato conduziu sua campanha com fortes ideologias de extrema-direita. A sua popularidade ficou mais forte após sofrer uma tentativa de homicídio durante umas de suas passeatas no primeiro turno; ele não pôde mais comparecer às ruas e conduziu sua campanha através das RSD. Houve protestos no Brasil todo contra o candidato Jair Bolsonaro, e contra a volta do PT ao poder. As eleições prosseguiram para o segundo turno, marcado pela falta de debates nas grandes emissoras de televisão, porque o candidato do PSL não comparecia a essas e realizava todas as suas declarações pelas RSD. Após tantos atritos, em outubro de 2018, o concorrente pelo PSL foi eleito 38º presidente do Brasil com 55% de votos. Uma das características mais peculiares das eleições de 2018 foram a grande quantidade de disseminações de notícias falsas (*fake news*) durante todo o processo eleitoral, e a maioria compartilhadas em grupos de *WhatsApp* e no *Facebook*. Esse fenômeno apenas agravou os conflitos existentes na época.

Em janeiro de 2019, Bolsonaro assumiu a presidência do país. Suas ações governamentais envolveram a colocação de militares nos ministérios do governo e o juiz Sérgio Moro como ministro da Justiça; cortes de verbas na educação, saúde, em benefícios sociais e ambientais; alterou e realizou cortes relacionadas ao incentivo cultural viabilizada pela Lei Rouanet. Ademais, aprovou a Reforma da Previdência; e reduziu a quantidade de ministérios no Planalto Central do Governo (de 29 para 22). Em 2020, na pandemia, aprovou a implementação do auxílio-emergencial para a população. Paralelo a isso, investigações começaram a ser feitas contra os filhos do presidente - sobre corrupção e lavagem de dinheiro -, o que balançou a postura do governante dentro do Palácio do Planalto.

Ao analisar as circunstâncias superpostas, nota-se o distanciamento mais evidente dos polos políticos durante a última década em que, a cada eleição e mandato, há um acirramento maior de conflitos, sem espaços para debates. Não há sombra de dúvidas que as RSD tiveram um papel crucial nas tensões políticas nos últimos mandatos no território brasileiro, principalmente porque essas começaram a ganhar força e robustez nos últimos anos. Uma nova modalidade de processamento de dados surgiu, o *Big Data*. A partir disso, grandes empresas de tecnologia utilizaram-se desse método de processamento de dados para configurar o algoritmo e ajustá-lo de forma personalizada. O Capitalismo de Vigilância foca sua atenção na precisão das informações e na obtenção constante de dados dos usuários. A extração e análise dos dados torna possível a modulação e manipulação dos indivíduos, que são facilmente induzidos a consumir determinado produto/serviço; modificar o comportamento, opinião ou posicionamento. Essa ação se dá de forma quase imperceptível na rede. (Zubof, 2018).

As bolhas sociais⁷ acentuam-se, aonde o indivíduo é bombardeado de informações por apenas uma vertente, conduzido pela seletividade do algoritmo. Isso influencia na credibilidade das *fake news* e na formação política dos usuários, tornando-os reféns dessa Inteligência Artificial (O dilema das redes, 2020). Ao traçar toda uma personificação do indivíduo na rede, o algoritmo consegue entregar conteúdos específicos e captar mais dados para serem vendidos, por meio de propaganda, tornando-os mais suscetíveis a serem manipulados dentro de sua própria bolha virtual. Ao fazer um paralelo com as manifestações de 2010, tanto grupos de esquerda quanto de direita afunilaram-se em seus próprios grupos para defender as causas pelas quais acreditavam serem as ideais. A necessidade de reafirmação, de defesa de posicionamentos, acentua-se de tal forma que é ínfimo o debate e discussões saudáveis, por isso a concepção de linchamento torna-se mais atrativa, para assim o indivíduo assemelhar-se

⁷ Esse termo será utilizado para exemplificar a segregação existente nas RSD, como forma de afirmar a seleção do algoritmo que concentra os usuários em pequenos nichos de acordo com suas preferências e interesses dentro da *Web*.

somente aos pares e excluir os contrários as suas crenças. Isso afeta a sociedade como um todo, e a Opinião Pública também. Quando essa fica fragilizada, os debates saudáveis tornam-se escassos, podendo ocorrer a Teoria da Espiral do Silêncio⁸. Quando se tem uma sociedade que é alheia a empatia e grita para ser ouvida, as consequências são devastadoras.

OPINIÃO PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE

Cândido Andrade (2003), pressupõe que o conceito de Opinião Pública começou a ser formado com os gregos e romanos, quando trouxeram a ideia do *consensus populi*⁹, tendo uma conotação mais jurídica; ocorreu o mesmo na Idade Média, com o ditado *vox populi vox Dei*¹⁰. Mas, a participação popular nas coisas de interesse público obteve significação a partir do manuscrito de Jean Jaques Rousseau, em sua obra *O contrato social*, no qual trazia o conceito de que “a vontade do povo é a única origem da soberania e das leis.” (ANDRADE, 2003, p. 109). Apesar disso, havia uma concepção de que o público não teria condições para participar das decisões políticas de forma racional – isso inicia-se com Platão até chegar aos estudos do século XX, que sustentavam a mesma ideia (Cervi, 2017). Contudo, estudos europeus e americanos, defendiam que a população, interessando-se por assuntos políticos, poderiam tomar decisões a respeito das leis (a serem) estabelecidas. (Andrade, 2003). A formação de discussões pressupõe racionalidade e defesa de ideias, com isso torna-se mais nítida a formação da OP, Andrade (2003, p. 111) afirma: “Tudo que é passível de discussão, de controvérsia, é terreno propício à formação de opinião pública.”.

Porém, há determinados fatores que podem impedir a formação da OP de forma racional e pura: “A hereditariedade, o meio cultural, a personalidade, a impossibilidade de obter tôdas [sic] as informações, os estereótipos e tantos outros determinantes” (ANDRADE, 2003, p. 112 - 113). Há certa divergência, porque ao mesmo tempo em que a Opinião Pública parte do pressuposto da racionalidade, ela também apresenta aspectos emotivos e sentimentais – o que não invalida sua legitimidade, mas pode provocar uma assemelhação de Massa¹¹. Há outro fator preponderante para a OP, os grupos de influência que auxiliam na formação de debates sobre diversos assuntos, tendo o poder de influenciar a opinião dos outros envolvidos a fim de que haja um consenso público, e seja favorável aos seus interesses. Alguns estudiosos conjecturam

⁸ Noelle-Neumann, *apud* Junia Ortiz, 2019.

⁹ Tradução livre: consenso popular.

¹⁰ Tradução livre: voz do povo, voz de Deus.

¹¹ “... caracterizada pelo comportamento emocional, facilmente [sic] manipulável pela propaganda, forma apenas um sentimento coletivo...” (ANDRADE, 2003, p. 108).

que essa influência exercida por esses grupos torna a Opinião Pública manipulável, volátil e errática em função dos interesses da minoria organizada. (Cervi, 2017).

Esses grupos de influência são os grandes veículos de imprensa, televisão e rádio, grupos de luta das minorias sociais tais como o Movimento Negro, Feminista, LGBTQIA+ e, nos dias de hoje, os Influenciadores Digitais. Há algumas décadas, os grandes monopólios de transmissores de comunicação de massa eram as principais fontes de informação, e exerciam certa influência na sociedade. Mas, com o advento da *Internet*, surgiram novos influenciadores e permitiu que outros grupos de influência conquistassem seu espaço de fala nas RSD para falar ao seu público de forma mais rápida. O que torna perigoso não são esses tantos grupos de influência e formadores de opinião terem espaço para expor seus posicionamentos nas mídias digitais, mas o quão segregado e em bolhas os usuários vivem a ponto de não terem a oportunidade de escutar opiniões divergentes. Há uma defesa de ideias muito guiadas pelo lado emocional, logo, ao entrar em contato com outras opiniões ocorre um conflito.

Com isso, introduz-se a Teoria da Espiral do Silêncio (Noelle-Neumann, *apud* Ortiz, 2019) ao qual mostra que opiniões dominantes em um determinado grupo da sociedade terão mais apoio e repercussão do que opiniões contrárias, que se tornam mais escassas e sem apoiadores devido ao fato da maioria estar do lado do dominante. Os indivíduos tendem a se calar quando sua opinião não condiz com a da maioria em um ambiente social a fim de evitar retaliações. McDevitt, Kiouisis e Whal-Jorgensen (2003), fizeram um estudo ao qual mostra a atenuação dos conflitos quando se tem um meio digital como intermediador. Os autores chegaram à conclusão de que na Comunicação Face a Face, há um receio maior em expor opiniões justamente pelo medo do isolamento social; no entanto, quando os debates são intermediados por um aparelho, há uma atenuação desse fato - os indivíduos sentem-se mais à vontade para expor suas opiniões. Por isso, neste contexto, as bolhas são importantes como forma de identificação com o igual. O usuário fica fadado a sempre receber o mesmo conteúdo e fortalecer sua ideia, porque encontra apenas usuários com o mesmo pensamento. Contudo, ao entrar em contato com usuários que pensam diferentes e vem de outra bolha, o acirramento e o conflito são praticamente certos. A defesa de ideias parte de um lugar mais violento ao ponto de julgar outro usuário a partir dos próprios princípios.

CULTURA DO CANCELAMENTO

Nas Redes Sociais Digitais, sempre ocorreram alguns movimentos sociais que abordavam a punição e julgamento alheio. No início da Web 2.0, mais precisamente em meados

de 2010, já era percebido no Brasil esse movimento de condenação, denominado de Linchamento Virtual. Esse fenômeno consistia em punir usuários dentro das RSD a partir de atos cometidos pelos mesmos. Os insultos e ameaças, algumas vezes, não ficavam somente no âmbito virtual, mas atingiam o mundo real também a partir de demissões, perseguições ou ameaças de morte (Barberino, 2017). Essa prática tem alguns pontos em comum com o linchamento que ocorre há séculos no mundo - que envolve um agrupamento com fins de fazer justiça com as próprias mãos. Ao longo da década, esses movimentos continuaram a acontecer com diversos usuários e não tinha um motivo específico, as revoltas eram incentivadas a partir do “desejo de justiça” (Barberino, 2017). Com o passar do tempo, o nome mudou, mas o conceito permaneceu. Os cancelamentos que ocorrem na atualidade permanecem com essa ideia de buscar por justiça, por condenação.

A Cultura do Cancelamento, assim como o LV, ocorre há tempos pois esses dois fenômenos sociais partem do pressuposto de condenação e julgamento de indivíduos sem se importar com as leis vigentes do país. Contudo, a CC ganhou destaque nas RSD a partir de um movimento cujo intuito era denunciar casos de assédios e abusos ocorridos com celebridades de *Hollywood*, em 2017, a partir da *hashtag* #metoo¹². Por causa dessa iniciativa, muitas outras denúncias surgiram dentro das RSD, não só relacionadas ao tema acima, mas também sobre racismo, LGBTfobia, machismo etc. No entanto, a necessidade do desejo por justiça tomou uma proporção enorme e os cancelamentos tornaram-se frequentes. O que se pressupõe é que a CC parte do conceito de julgar (ou condenar) um indivíduo/grupo a partir de atos cometidos por eles e que tiveram repercussão negativa nas redes sociais. Contudo, o julgamento sem uma análise prévias dos fatos torna perigoso essas condenações, porque os usuários passam a agir por impulso e pela emoção.

Chiari *et al* (2020), descreve algumas características da Cultura do Cancelamento tais como: a necessidade de exclusão da vítima nas RSD, boicotar o perfil desse usuário, a sensação de juiz por parte dos canceladores¹³ e a propagação do ódio ao indivíduo que está sendo cancelado sem uma análise e apuração criteriosa dos fatos. O extremismo, o ódio e a sede por justiça são molas propulsoras, esse fenômeno social precisa da polêmica para existir.

É nesse contexto que se apresenta a chamada cultura do cancelamento, na verdade um boicote virtual dirigo [sic] àquele que, de forma voluntária ou involuntária, frustrou expectativas, traiu regras não-oficiais, ousou ser diferente em alguma medida. (GONÇALVES & DUARTE, 2020, p. 3)

¹² Do inglês: #eutambém (tradução da autora).

¹³ Aqui referindo-se aos usuários que compõe o Tribunal da Internet como se fosse a parte do júri em um caso de condenação, ao qual a sentença final e qual o veredicto pertence a esses canceladores que ao mesmo tempo são os juízes.

Por isso, pressupõe-se que a OP se torna frágil e parte de julgamentos feitos a partir da emoção. Como dito no tópico anterior, não há espaço para debates ou averiguação dos fatos. A CC é consequência de uma OP fragilizada e de uma sociedade contemporânea que é pautada na digladição de ideias e opiniões agressivas, mas ao mesmo tempo essa cultura influi para que a Opinião Pública fique ainda mais fragilizada, porque esse fenômeno social não abre espaço para debates apenas julgamentos. Cada vez mais há a necessidade de condenar os outros por padrões éticos impostos ao qual todos precisam ser “perfeitos” o tempo todo.

O CANCELAMENTO DE NEGRINI

Em 16 de fevereiro de 2020, a atriz Alessandra Negrini participava do Carnaval em São Paulo no bloco Acadêmicos do Baixo Augusta acompanhada de algumas importantes pessoas do movimento indígena, tais como a ativista Sônia Guajajara e o artista plástico Benício Pitaguary. Para esse evento, a atriz estava travestida com adereços indígenas e um *body* preto. Ao lado de manifestantes indígenas, Negrini participou de um protesto contra ações do Governo que estavam liquidando territórios indígenas para que fossem utilizados para extração e mineração, com isso dizimando as populações indígenas. O bloco tem o histórico de ser palco para protestos e manifestações dentro do Carnaval, por isso foi propício para que, naquela época, ocorresse a manifestação contra o massacre e tomada dos territórios das populações indígenas.

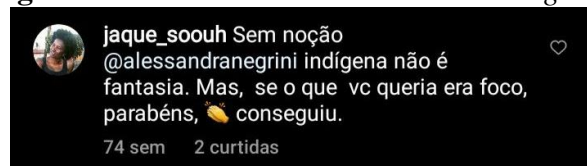
Figura 1: Alessandra Negrini e manifestantes indígenas.



Fonte: Portal de notícias G1 - g1.com.br)

Por conta disso, as pessoas nas RSD manifestaram-se repudiando o ato político da atriz ao afirmarem que essa estava se apropriando de trajes indígenas, por ser branca. As postagens eram feitas no *Twitter* e em algumas publicações no perfil oficial da Negrini no *Instagram*. Como forma de exemplificação, foi retirado um comentário feito em uma dessas publicações no perfil oficial da atriz no *Instagram*.

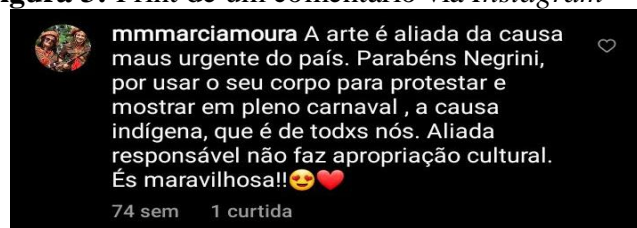
Figura 2: Print de um comentário via *Instagram*.



Fonte: *Instagram* (www.instagram.com)

No comentário percebe-se um tom de julgamento ao fato ocorrido, condenando o ato da atriz, alegando ser errado a forma como essa estava caracterizada. Apesar de não ter o termo “apropriação cultural” escrito na imagem, percebe-se que de fato a estavam acusando disso nas entrelinhas. No entanto, algumas pessoas também defenderam a atriz e colocaram-se a favor do ato político. A presença de muitos ativistas indígenas no protesto e Negrini defender a causa abertamente em suas redes sociais há tempos auxiliou nesse processo. Além dessa passeata em pleno Carnaval ter sido estratégico para chamar a atenção da mídia para o descaso e coação feito à população indígena.

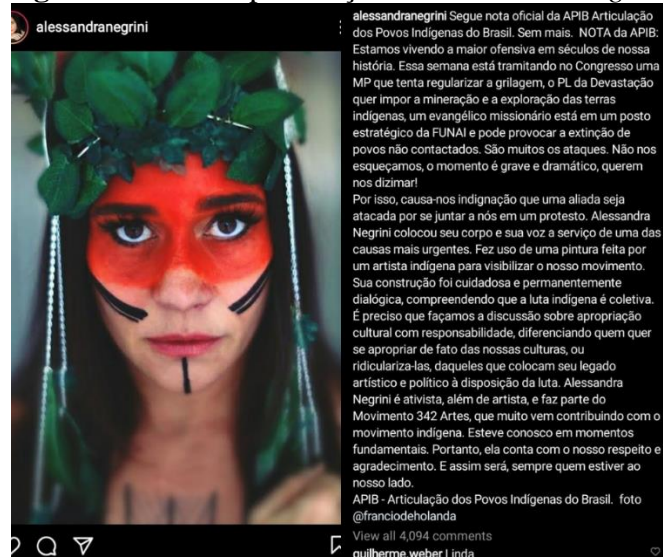
Figura 3: Print de um comentário via *Instagram*



Fonte: *Instagram* (www.instagram.com)

Apesar de muitos terem ficado contra Negrini, outros apoiaram-na e elogiaram sua atitude. Negrini utilizou do seu perfil oficial no *Instagram* para manifestar-se sobre o caso, ao postar uma imagem sua juntamente com uma nota de esclarecimento da Articulação dos Povos Indígenas (APIB) – essa pode ser observada na figura 4. No teor dessa postagem, a APIB esclarece o motivo do protesto e põe-se a favor da atriz por entender que essa estava “emprestando” o seu corpo e sua voz para dar visibilidade às populações indígenas. A publicação teve 91.565 curtidas e mais de 4.904 comentários.

Figura 4: Print da publicação da atriz via *Instagram*



Fonte: *Instagram* (www.instagram.com)

Negrini é uma ativista assídua a favor da causa indígena, por esse motivo estava caracterizada de indígena no Carnaval a fim de trazer visibilidade ao caso. Contudo, os usuários a acusaram de cometer apropriação cultural, porque a atriz é branca. O debate sobre apropriação cultural foi levantado nas RSD naquele momento, e urge a necessidade de entender esse conceito e como implica ao caso supracitado.

Falar de apropriação cultural não é fácil levando em consideração que vive-se em um mundo globalizado e majoritariamente capitalista. Há tempos ocorre o sincretismo de religiões e culturas ao redor do mundo; na Bahia, por exemplo, com a Lavagem do Senhor do Bonfim que reúne elementos católicos e candomblecistas. Pode-se pensar também na comercialização de acessórios e vestuários que anteriormente eram destinados apenas a uma determinada etnia. Contudo, quando há um esvaziamento de significados desses elementos ou até uma banalização, aí está o problema. Devido ao histórico do Brasil no quase extermínio das populações indígenas e da escravização de populações africanas, há uma problematização quando elementos dessas culturas são utilizadas por pessoas brancas que outrora massacravam e demonizavam essas etnias. No entanto, para além do “pode ou não pode usar” é muito mais uma questão de desvalorização desses elementos culturais que são mais valorizados quando são utilizados ou realizados por pessoas brancas do que pessoas que são pretas ou indígenas. Pinheiro (2015) e William (2020) trazem ponderações importantes sobre apropriação cultural e como essa afeta a sociedade em que se instala. Quando uma raça dominante se apropria de algo da raça subjugada, há um apagamento histórico de significados. Os elementos dessa raça subjugada trazem a ideia de resistência e legado. Há um esvaziamento da representatividade, porque os elementos dessa

cultura passam a serem apenas adornos e objetos de admiração. Esses perdem o sentido original. De acordo com William (2020, p. 47):

Apropriação cultural é um mecanismo de opressão por meio do qual um grupo dominante se apodera de uma cultura inferiorizada, esvaziando de significados suas produções, costumes, tradições e demais elementos.

Uma pessoa branca usar elementos indígenas ou negros pode-se tornar facilmente um caso de apropriação cultural quando ocorre esse esvaziamento de significados. Ao analisar o caso de Negrini percebe-se uma relação interessante quando entende-se o que de fato é apropriação cultural. Negrini é uma mulher branca e ativista do movimento indígena. Essa, por sua vez, estava respaldada por figuras importantes do movimento e a APIB defendeu-a diante dos ataques e do cancelamento ocorrido. Logo, fica claro que a sua intenção de estar caracterizada como indígena foi para dar visibilidade ao movimento ainda que visto de forma perjorativa por uma parte da sociedade nas RSD. Talvez a intenção fosse mesmo causar esse choque e até “*hate*”¹⁴ para que assim houvesse a propagação da luta indígena pelos seus direitos. Dessa forma, a acusação de apropriação cultural feitas pelas pessoas nas mídias digitais estaria equivocada se partir da conceituação trazida nesse estudo. Isso reafirma essa necessidade de condenação e julgamento imediato que se vê nas mídias digitais. Por essa razão a Opinião Pública fica fragilizada, não há um debate saudável e sim condenações levadas pelo impulso e emoções “à flor da pele”. Para esse caso, acredita-se que o cancelamento e condenação feito à Negrini fora equivocado, porque essa, de acordo com os conceitos, não cometeu apropriação cultural, pelo contrário, utilizou-se do seu corpo para dar visibilidade a uma etnia que sofre esse apagamento histórico no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho debruçou-se sobre o impacto da Cultura do Cancelamento na Opinião Pública contemporânea e como esses fenômenos se afetam concomitantemente. Fora feito algumas ponderações sobre o papel político e como as redes sociais foram preponderantes para que os cancelamentos se acentuassem. Além disso, pode ser estudado sobre o fenômeno da apropriação cultural e como esse dialoga com o caso de Negrini no Carnaval de 2020 - cancelada por esse motivo dado seus adereços e vestimentas. Ao fim da pesquisa nota-se que a

¹⁴ Termo utilizado nas mídias sociais para caracterizar mensagens de repúdio e até ódio para determinado perfil, empresa, figura pública ou usuário.

CC interfere na formação da OP, mas que essa também é afetada pelo capitalismo de vigilância dado a segregação feita pelos algoritmos ao fecharem os usuários em bolhas sociais. Essa segregação também é responsável por auxiliar no aumento dos cancelamentos e condenações feitos dado a escassez de espaço para debates e discussões racionais. Com isso também foi possível definir a Opinião Pública e os efeitos que as RSD exercem sobre essa; em relação a crise identitária, essa existe e é muito mais perceptível no âmbito político. Há essa crise identitária, porque ocorre a constante necessidade de julgar as pessoas nas RSD por existir uma quebra de expectativas. Em relação à polarização política, essa já existia há tempos, contudo, está mais exacerbada, principalmente devido ao afunilamento dos partidos políticos e eleitores em bolhas sociais, acentuando os extremos.

Os fenômenos sociais permeiam e refletem o que a sociedade está vivendo. Portanto, a Cultura do Cancelamento é mais um que ganhou destaque nos últimos anos. Essa expressa o quanto a sociedade anseia por justiça ainda que feita pelas próprias mãos. Isso pode ser perigoso se for feito uma análise para a questão da democracia e o quanto é importante que a OP mais racional exista nesse meio, porque é através dessa que se formam opiniões e debates sobre diversos assuntos. Sem isso há apenas digladição de ideias e acirramento de conflitos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Para Entender Relações Públicas**. 2 ed. São Paulo: Biblos, 2003.

AGÊNCIA BRASIL. Veja fatos que marcaram os dois anos do governo Temer. **Agência Brasil**, Brasília, 15 mai. 2018. Política. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-05/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-temer>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BARBERINO, Lisieanne Araújo. **O desejo por justiça: um estudo sobre linchamento virtual em sites de redes sociais**. 2017. 135 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/O-desejo-por-justi%C3%A7a_L.A.-Barberino.pdf. Acesso em: 7 mar. 2020.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2 ed. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 2012.

CERVI, Emerson U. Opinião Pública no Brasil: o que o brasileiro pensa sobre política e por que isto interessa à democracia? In: BORBA, Felipe; ALDÉ, Alessandra. **Eleições, opinião pública e comunicação política no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017. p. 275-295.

CHIARI, Breno da Silva et al. A cultura do cancelamento, seus efeitos sociais negativos e injustiças. *In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (ETIC-2019)*, 1., 2019. Presidente Prudente, SP. **Anais[...]** v. 16, n. 16. Presidente Prudente, SP: Centro Universitário Antonio Eufrásio de Toledo, 2020. p. 1-11. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8763/67650210>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FREITAS, Ernani Cesar de; BOAVENTURA, Luis Henrique. Cenografia e ethos: o discurso da intolerância e polarização política no Twitter. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.53, n.3, jul/set. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-77262018000300449&lang=pt. Acesso em: 07 mar.2020.

GONÇALVEZ, Lucimar; DUARTE, Gracy Astolpho. O homem social nas redes sociais: um estudo de caso sobre a cultura do cancelamento. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 43., 2020. **Anais[...]** Salvador: Intercom, 2020. p. 1-13. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-1059-1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

HOMEM, Maria. **A varinha mágica do cancelamento**. 04 mar. 2020. 1 vídeo (10 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z2uH5mFgvUY&feature=youtu.be>. Acesso em: 20 mar. 2020.

JORNAL O GLOBO. **Bolsonaro presidente: a retrospectiva da eleição 2018**. 2018. 1 vídeo (8 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SAfVM0EuJRI>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Revista Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 945-970, set/dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sant/v9n3/2238-3875-sant-09-03-0945.pdf>. Acesso em: 07/03/2020.

MCDEVITT, Michael; KIOUSIS, Spiro; WHAL-JORGENSEN, Karin. Spiral of moderation: opinion expression in computer-mediated discussion. **International Journal of Public Opinion Research**, v.15, n.4, p. 454-470, dez. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31216036_Spiral_of_Moderation_Opinion_Expression_in_Computer-Mediated_Discussion. Acesso em: 15 mai. 2021.

NEGRINI, Alessandra. **Segue nota oficial da APIB Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Sem mais. NOTA da APIB: Estamos vivendo a maior ofensiva em séculos de nossa história [...]**. São Paulo, SP, 18 fev. 2020. Instagram: @alessandranegrini. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B8tlrvoJE_V/. Acesso em: 05 mar. 2020.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Revista Opinião Pública**, Campinas, v.25, n.1, jan/abr 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000100063&lang=pt. Acesso em: 07 mar. 2020.

O Dilema das Redes. Direção de Jeff Orlowski. Roteiro de Jeff Orlowski, Davis Coombe, Vickie Curtis. Netflix, 2020.

ORTIZ, Junia. Opinião e cenários comunicativos: influência de fatores contextuais nos processos sociopsicológicos da espiral do silêncio. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v.25, n.2, p. 258-286, mai/ago. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000200258&lng=en&nrm=iso#B25. Acesso em: 22 mar. 2021.

PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo. Negritude, apropriação cultural e a “crise conceitual” das identidades na modernidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n. 18, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2015. p. 1-15. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945021_6407fdaf7ad9ba34b2ef339eefce64a7.pdf. Acesso em: 07 mar. 2020.

SCHREIBER, Mariana. Governo Bolsonaro, 2 anos: a metamorfose da Presidência nesse período em 3 pontos. **BBC News**, Brasília, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55481152>. Acesso em: 14 jan. 2021.

VIEIRA, Bárbara Muniz; VAZ, Luisa. Alessandra Negrini chega a bloco Acadêmicos do Baixo Augusta acompanhada de indígenas em SP. **G1**, São Paulo, 16 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/02/16/alessandra-negrini-agita-bloco-academicos-do-baixo-augusta-em-sp.ghtml>. Acesso em: 07 mar. 2020.

RIBEIRO, Djamila (Coord.). **Feminismos plurais: apropriação cultural**. 2 ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. 208 p.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda et al (Orgs.) **Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem**. Tradução de Heloísa Cardoso Mourão. São Paulo: Editora Boitempo. 2018. p. 17-68. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Bruno-Cardoso-17/publication/344333254_Apresentacao/links/5f691756299bf1b53ee97338/Apresentacao.pdf#page=18. Acesso em: 14 abr. 2021.